

Constituinte promete impasses sucessivos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Como não podia deixar de ser, eis a Assembleia Nacional Constituinte mergulhada no impasse. No buraco negro, como estamos vivendo o tempo, e logo na abertura da fase decisiva dos trabalhos. Um simples preâmbulo fez obter discussões e votações no primeiro dia das sessões plenárias. Coisa superável, de per si, pela desimportância do conteúdo e fragilidade da disputa, mas indicação do que vem por aí. Se para saber se Deus entra ou não entra na nova Constituição, e se todo o poder emana do povo mas deve ser exercido só por seus representantes, ou, também, pelo próprio, através de plebiscito, deputados e senadores não se entenderam. Imagine-se quando os debates chegarem a pontos reconhecidamente polêmicos como os direitos sociais, a liberdade de imprensa, a organização do Estado e as ordens econômica e social. Será melhor apagar as luzes do plenário.

Falava-se muito, ontem, que a tese salvadora do entendimento cresceu, já que todos perceberam a possibilidade de não chegar a lugar nenhum, sem ele. Mas o entendimento é possível apenas em certas questões, como o preâmbulo. Em outras, nem pensar. Ou será que o machado consegue entender-se com a lenha? Existem temas em que a Assembleia Nacional Constituinte está rachada de alto a baixo, mantendo-se incompatíveis e inconciliáveis as posições. Quando elas forem acontecendo, qual o resultado? Mais buracos negros e mais imobilidade, levando os constituintes à situação do inseto que, no meio de um incêndio em sua casa, pensa apenas em ganhar a rua, não se importando em deixar para trás as jóias, o dinheiro, os móveis, os livros, as roupas e todos os bens aos quais se apegava. E dos quais necessitava. Chegar-se-á a um momento em que o conteúdo da nova Carta pouco interessará, valendo muito mais a sua conclusão a qualquer preço. Se a imagem não fosse muito forte, valeria aplicá-la: debates de horas e horas de tortura, sob interrogatórios inclementes, qualquer um confessaria qualquer coisa para tirar-se do pesadelo.

O Brasil é um país singular. Tem a maior dívida externa do mundo, o maior carnaval do universo, a mais ampla corrupção e permissividade nos negócios públicos e privados. Pois bem: arriscamo-nos a outro recorde, o de ter a maior crise constitucional do Ocidente, desde a edição da Magna Carta, e, por isso, a pior Constituição. Não porque a Assembleia Nacional Constituinte venha conscientemente tomar decisões execráveis, mas, precisamente, pelo contrário. Porque estará impedida de tomar decisões conscientes, sufocada pela necessidade de acabar logo com sua tarefa, lá para o fim

do ano. Para superar o impasse, os grupos em choque aceitarão qualquer coisa.

A meta-sola que o Centro tentou implantar parece furada. Seus integrantes conseguiram mgts da maioria absoluta dos votos para mudar o regimento interno e permitir que a metade mais um dos constituintes pudesse fazer prevalecer sua opinião. Só que pararam aí, salvo engano. Não há maioria absoluta para qualquer opinião.

Importa menos ficar outra vez resolvendo as causas que conduzem a esse nó cego. São por demais conhecidas, começando pela inutilidade de se ter reunido uma Assembleia Nacional Constituinte faluta e terminando na franciscana barafunda promovida por senadores e deputados. Melhor será, hoje, imaginar o que virá, caso não se realize o milagre de uma reversão e de um acordo amplo, cada vez mais distante.

Virá o diabo. Na melhor das hipóteses, como vimos, um texto desconexo e ineficaz, conquistado por exaustão e impossível de funcionar. Uma Constituição destinada a ser violada ou desprezada, que a Nação repudiará ou desconhecerá, não faltando quem incie logo depois de promulgada a campanha "pela verdadeira Assembleia Nacional Constituinte".

Mas há alternativas piores. A desmoralização dos constituintes e de sua obra abrirá largas avenidas para o surgimento de aventureiros, de grupos descrentes da democracia, ávidos de implantar a ditadura, tanto faz se de um lado ou de outro. Eles se equivalem. Eles também. O pior, nessa história, é que não se encontrará um cidadão, sequer, disposto a resistir em nome da nova Constituição. Da mesma forma como, se as aventuras se precipitarem e eclodirem antes de promulgado o novo texto, também não se encontrará quem defenda os constituintes ou a Assembleia Nacional Constituinte.

Raras vezes, na História do País, verificou-se tamanha rejeição popular aos representantes do povo. Poderão suas excelências queixar-se, reagir com veemência e até levantar uma iluzória capa de legitimidade e representatividade, mas, no fundo, não haverá um só deles capaz de ignorar o que se passa à sua volta. Nada que os afinja individualmente, como pessoas físicas, porque a rejeição dirige-se ao conjunto. A massa que, em um ano, não pôde chegar ao consenso e que, provavelmente durante outro ano, não sairá do impasse.

No meio disso, não há como imaginar o governo obtendo sucesso na tentativa de recompor o País, reequilibrar a economia, retomar o desenvolvimento e promover a paz e a justiça social. Fato que servirá para complicar ainda mais a equação.

C.C.

Só na igreja

Eclarece o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, ter sido na igreja de Santo Antônio, em Belo Horizonte, aos 15 anos de idade, a última vez que pronunciou a frase "é dando que se recebe". E foi cantando, no coro, como parte do hino comemorativo do Congresso Eucarístico Internacional então realizado no Rio. Suas declarações de terça-feira a respeito da frase de autoria do deputado Roberto Cardoso Alves, que jamais repetiu, foram no sentido de ser natural ao presidente da República prestigiar mais a sua base de sustentação política, mas estão longe de querer justificar o fetologismo. Pelo contrário, em suas palavras, o presidente Sarney e seus auxiliares sustentam inflexivelmente os critérios da competência e da probidade para o preenchimento de quaisquer cargos e funções públicas.

Só depois?

Da liderança do PFL telefonaram para o deputado Airton Cordeiro, do Paraná, pedindo-lhe fidelidade às decisões do partido. Ele ficou satisfeito e indagou quando as propostas seriam discutidas pela bancada. Surpreendeu-se com a resposta: "As decisões já estão tomadas, queremos é a sua fidelidade a elas". Sem saber sequer quais eram, recusou-se. E avisou que não votará pelos cinco anos, de forma alguma. Quer eleições já.

Melhorando

"O País entrará numa fase promissora de recuperação com o bom encaminhamento das negociações sobre a dívida externa, a férrea decisão de reduzir o déficit público e a promulgação de uma nova Constituição adaptada às necessidades atuais." O diagnóstico é do ministro do Interior, João Alves, para quem as duas primeiras condições dependem do governo, que as está promovendo e a outra, da Assembleia Nacional Constituinte.

João Alves não se diz pessimista. Para ele, é óbvio que vivemos uma crise cujos contornos são econômicos, políticos e sociais, em igual intensidade. Torna-se necessário o esforço da sociedade para a sua superação. O poder público, em seu entender, faz o que po-

de. O governo do presidente Sarney, por exemplo, está realizando mais do que todos os seus antecessores juntos, no plano social e no Nordeste. Talvez tenha faltado comunicação, até agora, mas o principal é que resultados comecem a ser colhidos. Responsável pela mais profunda renovação de quadros políticos e administrativos na História de Sergipe, ao tempo em que foi governador, e único dos liberais a ter assegurado a eleição do sucessor, ele acha os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney imprescindíveis à consolidação democrática. Sustenta ser cedo para cuidar da sucessão presidencial, mas, dos nomes especulados até agora, não hesita em colocar o do ministro Aureliano Chaves em primeiro plano.

Compromisso

Realizar eleições é o primeiro dever de governos democráticos e estão marcadas para 15 de novembro eleições para prefeitos e vereadores em todo o País. Mesmo assim, no Palácio do Planalto, muita gente começa a ceder à tentação de conversar sobre o adiamento desse pleito. Dizem uns que os trabalhos constituintes se prolongarão até o final do ano, tornando-se impossível interrompê-los para a escolha dos dirigentes municipais, sem sérios prejuízos para a nova Constituição. O problema é que se o adiamento for proposto no Congresso ou na Constituinte, e se passar junto com os cinco anos, assistiremos em 1989 a uma eleição dupla: de presidente da República, de um lado, e de prefeitos e vereadores, de outro. A primeira vista a superposição ajudaria os partidos mais bem estruturados nacionalmente, como o PMDB e o PFL. Mas não é verdade. Com o fim da sublegenda, cada partido apresenta pelo menos três grupos conflitantes e em choque, em cada cidade do Interior. Só um deles vencerá a convenção, abrindo-se aos dois derrotados a tentação de formar dissidência e buscar outra legenda para apresentar seus candidatos. No caso, os caminhos levariam a adesões de última hora a postulantes presidenciais do tipo Leonel Brizola ou Luiz Inácio da Silva. Para o Palácio do Planalto, o fim saíria pela culatra, caso o presidente Sarney se tornasse sensível ao adiamento das eleições municipais.